



Relatório - Missão de Interesse do CAU/BR

1. LOCAL E DATA:

DATA:	22 A 24 DE OUTUBRO DE 2019
EVENTO	X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO
LOCAL:	PALMAS - TO
NOME	CONS. Márcia Guerrante Tavares

2. REPRESENTAÇÃO:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do CAU BR- CPUTA

3. ESCOPO/HISTÓRICO:

O X Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico é um evento promovido a cada dois anos pelo IBDU (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Urbanístico) e tem como objetivo de reunir juristas, urbanistas, pesquisadores, estudantes e demais profissionais que atuam com o tema do urbanismo em todo o Brasil. O Congresso realizado em Palmas/TO, teve como tema “A política urbana em xeque”, e visou discutir as mudanças ocorridas no panorama do direito urbanístico e as recentes políticas urbanas do país. O evento contou com a participação de importantes nomes do direito urbanístico no país e teve como principais eixos temáticos: Reconhecimento, dimensões e implementação do direito à cidade; Direito à cidade e o combate ao racismo, machismo, LGBTfobia e outras formas de opressão; Limites e desafios na implementação da política urbana e ambiental; Direito à moradia, regularização fundiária e política habitacional; Conflitos fundiários urbanos: atores, práticas e soluções alternativas; Desafios do direito urbanístico em políticas setoriais e Dilemas do planejamento territorial metropolitano e regional

4. OBJETIVOS:

Os membros da Cputa aceitaram o convite de participação no evento por entenderem a importância de participar e discutir temas que dizem respeito à atuação da Comissão de Política Urbana e Ambiental. Na ocasião, a comissão teve um encontro com a direção do IBDU para tratar de uma possível parceria de trabalho entre CPUTA e IBDU na análise de projetos de Lei e outros assuntos relacionados ao direito urbano e ambiental.

5. PROGRAMAÇÃO:

Mesa de Abertura (Auditório Cuíca) Betânia Alfonsin – Advogada, Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professora Doutora da Fundação Escola Superior do Ministério Público e Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul João Aparecido Bazzoli – Advogado, Coordenador da região Norte do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professor Doutor da Universidade Federal do Tocantins, com experiência na área de planejamento urbano e atuação na revisão do Plano Diretor de Palmas Autoridades locais: Reitoria da Universidade e Diretor do Campus de Palmas, Coordenador do Curso de Direito, representantes da OAB, MPE, MPF, DPE e CAU/BR

10:00 – 12:30 – **Painel I: Processo de desdemocratização brasileiro e os impactos ao Direito à Cidade** (Auditório Cuíca) Betânia Alfonsin - Advogada, Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professora Doutora da Fundação Escola Superior do Ministério Público e Professora Doutora da Pontifícia Universidade



Católica do Rio Grande do Sul Edésio Fernandes – Jurista, Doutor em Direito pela Warwick University (Reino Unido), Membro da DPU Associates (Inglaterra) e Professor do Lincoln Institute of Land Policy (EUA) Mônica Benício – Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Thiago Hoshino – Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, doutorando pela Universidade Federal do Paraná, pesquisador da rede Observatório das Metrôpoles e membro da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde (RENAFRO).

Painel II: Resistências: Direito à Cidade em disputa (Auditório Cuíca) 2 Mediação: Gilson Santiago Macedo Júnior – graduado em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, integrante do Núcleo de Assessoria Jurídica Alternativa da UESB, membro do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e pesquisador sobre direito à cidade e sobre a heterocisnormatividade dos espaços urbanos na cidade-armário Palestrantes: Paula Santoro - Arquiteta e Urbanista, Professora Doutora da Universidade de São Paulo, com pesquisas sobre instrumentos de planejamento e gestão financeirizada e defesa de perspectivas interseccionais para o urbano Mônica Oliveira - Comunicadora, Assessora do mandato coletivo Juntas, foi assessora da FASE/PE e atuou na SEPPIR/Gov. Federal e é membra da Coordenação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e da Rede de Mulheres Negras do Nordeste Graziela Tavares - Professora da Universidade Federal do Tocantins com pesquisas sobre mulheres e gênero, tratando da violência contra mulheres e espaço das mulheres na cidade. Membro do corpo editorial de periódicos e parecerista de artigos científicos em Revistas Allan Ramalho - Defensor Público do Estado de São Paulo e Coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo

Dia 23/10 – Campus Universidade Federal do Tocantins 08:30 – 10:30 – **Painel III: O nó da terra: regularização fundiária, conflitos urbanos e a proteção do patrimônio público** (Auditório Cuíca) Mediação: Patryck Carvalho - Arquiteto e Urbanista, Coordenador da região Sudeste do Instituto Brasileiro de direito Urbanístico, atua em Administrações Públicas, colaborando na construção de políticas públicas na área de Habitação e Desenvolvimento Urbano, especializando-se em regularização fundiária Palestrantes: Maurício Leal Dias - Advogado, Professor doutor da Universidade Federal do Pará com experiência em temas de regularização fundiária Letícia Osório - Advogada, Doutora em Direito pela Universidade de Essex (UK) Cristiane Benedetto - Advogada, Coordenadora da região Centro-oeste do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, com especialidade no tema da regularização fundiária e patrimônio da União Ana Karla da Costa de Alcântara - Representante do MTST/PE Victor Carvalho Pinto – Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo, Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Desenvolvimento Urbano, Colaborador do Lincoln Institute of Land Policy e dos sites ArqFuturo e Caos Planejado, 3 integrou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal

10:30 – 12:30 – **Painel IV: Sistema de justiça e o direito urbanístico** (Auditório Cuíca) Mediação: Fernando G. Bruno Filho - Advogado, Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Palestrantes: Marco Antonio Delfino de Almeida - Procurador da República com atuação no combate à grilagem de terras, proteção de



direitos de populações tradicionais, comunidades quilombolas e povos indígenas
Juliana Oliveira - Defensora Pública do Estado do Pará, coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Estratégicas, mestre em Direito pela Fundação Eurípedes Soares da Rocha e doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Pará. Maria Júlia Miranda - Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do Núcleo de Terra e Habitação Giovana de Melo Araújo - Promotora de Justiça do Estado do Ceará

14:00 - 18:00 - **Grupos de Trabalho** (Salas Blocos A e C) 16:00 - 18:00 - Oficina: Plataforma Global pelo Direito à Cidade (Auditório Bloco C) Coordenação: Henrique Botelho Frota - Foi Diretor Administrativo (2009/2013) e Secretário Executivo (2014/2017) do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU. Atualmente, é Diretor Executivo do Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais e assessor da Plataforma Global pelo Direito à Cidade. Espaço para refletir as iniciativas da Plataforma Global pelo Direito à Cidade 18:00 - 19:00 - Lançamento de Livros (Entrada do Auditório Cuíca)

08:30 - 10:30 - **Painel V: Planejamento urbano e ambiental e os desafios metropolitanos** (Auditório Cuíca) Mediação: Marcelo Leão - Advogado, Coordenador da região Sul do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, com atuação na área do direito urbanístico Palestrantes: 4 Fernanda Carolina Vieira da Costa - Advogada, Vice-Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, mestra em desenvolvimento urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, com extensa experiência em assessoria na área de planejamento urbano Benny Schvarsberg - Arquiteto e Urbanista, Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, mestre em Planejamento Urbano e Regional e Doutor em Sociologia Urbana. Suyene Monteiro da Rocha - Professora Doutora da Universidade Federal do Tocantins com pesquisa na área Cidade e Meio Ambiente João Alfredo Telles Melo - Professor Doutor do Centro Universitário 7 de Setembro e possui experiência em direito ambiental e meio ambiente Cíntia Estefania Fernandes - Procuradora do Município de Curitiba, Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, Doutora (PHD) em Gestão Urbana - PPGTU pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora do Lincoln Institute of Land Policy (EUA)

10:30 - 12:30 - Oficinas Oficina "Burnout" no Direito Urbanístico diagnóstico e cura (Auditório Cuíca) Oficina promovida pelo Lincoln Institute of Land Policy, tendo como proposta debater o "Burnout" Urbanístico, Fiscal e na Regularização Fundiária. Diagnóstico e Cura. Paulo Sandroni - Professor da Faculdade Getúlio Vargas e colaborador do Lincoln Institute of Land Policy (EUA) Cíntia Estefania Fernandes - Procuradora do Município de Curitiba, Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, Doutora (PHD) em Gestão Urbana - PPGTU pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora do Lincoln Institute of Land Policy (EUA) Victor Carvalho Pinto - Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo, Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Desenvolvimento Urbano, Colaborador do Lincoln Institute of Land Policy e dos sites ArqFuturo e Caos Planejado, integrou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal Sonia Rabello - Professora colaboradora do Lincoln



Institute of Land Policy (EUA) Oficina sobre iniciativas em ensino, pesquisa e extensão em direito urbanístico (Auditório Bloco C) Proposta de debater as diferentes experiências de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao direito urbanístico. 5 Coordenação: Lígia Maria Silva Melo de Casemiro – Coordenadora de ensino e pesquisa do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e Professora Doutora da Universidade Federal do Ceará Oficina Direito Urbanístico e a Ordem dos Advogados do Brasil (Bloco A, Sala 01) Momento dedicado ao compartilhamento de experiências entre integrantes das comissões em diferentes seccionais, conforme realizado em 2017 em Florianópolis no IX CBDU. Além de possibilitar uma reflexão sobre questões que vêm sendo pautadas no seu âmbito em diferentes estados, trata-se de oportunidade de refletir sobre seu papel estratégico no atual momento da política urbana brasileira. Coordenação: Rosane Tierno – Advogada, Coordenadora de relações institucionais do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e especialista em regularização fundiária Participação especial: Daniela Libório - Advogada, Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Presidenta da Comissão Especial de Direito Urbanístico do Conselho Federal da

14:00 – 17:00 – **Painel VI: Desafios e tendências do Direito Urbanístico em um contexto de crise** (Auditório ULBRA) Mediação: Adriana Lima – Coordenadora da região Nordeste do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professora Doutora da Universidade Estadual de Feira de Santana. Palestrantes: Sonia Rabello – Professora colaboradora do Lincoln Institute of Land Policy (EUA) e do Mestrado Profissional do PEP (Programa de Especialização em Preservação) do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Nelson Saule Júnior - Advogado, Coordenador de relações internacionais do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e coordenador da área de Direito à Cidade do Instituto Polis Bianca Tavolari – Professora Doutora Teaching Fellow do Insper e pesquisadora do Núcleo de Direito à Cidade – LabCidade Paulo Romeiro - Doutor e Pesquisador sênior do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas sociais, com experiência na área de direito à moradia, direito urbanístico e impactos de megaprojetos João Aparecido Bazzoli – Advogado, Coordenador da região Norte do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Professor Doutor da Universidade Federal do Tocantins, com experiência na área de planejamento urbano e atuação na revisão do Plano Diretor de Palmas

6. RELATO:

De uma maneira geral o Congresso teve exposições e debates de muita relevância, sendo importante ressaltar alguns pontos abordados:

- A necessidade de se perceber a cidades de diferentes formas e de “tornar visíveis os invisíveis”.
- A importância da interseccionalidade (de raça, gênero e classe) e o não estabelecimento de hierarquias na percepção e trato das questões urbanas.
- O reconhecimento de que as dinâmicas do território não são alcançadas pelo planejamento.
- Entender que territórios têm sido demarcados pela pressão e pelo surgimento de ‘frentes de resistência, unidos pela precariedade’.
- É preciso agir e buscar caminhos contra a violência que chegam cotidianamente aos indivíduos.
- Discutir sobre a necessidade de se criar bens comuns/ coletivos e um planejamento hegemônico e radical, para que hajam transformações efetivas.
- Discutir e incorporar novas formas de coabitação.



- A necessidade de articulação das instituições para a defesa dos cidadãos e da cidade.
- Articulação de sujeitos para a proteção de territórios e direitos.
- É preciso reconhecer que os cidadãos vivenciam mais empecilhos que direitos nas cidades.
- A saída para o nó da terra (direito, capitalismo e grilagem) passa pela perspectiva do decolonialismo do direito – função privada x função social.
- É necessário compreender que função social da propriedade é bem mais que destinação para habitação social, trata-se de direitos mais amplos.
- É preciso se aprofundar em meios de promover a regularização territorial
- É preciso buscar inovação e inovação não se trata apenas de tecnologia, mas de ruptura.

Sobre a reunião CPUA-IBDU:

Houve uma breve apresentação dos presentes e uma explicação por parte da CPUA Br (por sua coordenadora) do trabalho que a comissão vem desenvolvendo. Houve ainda a apresentação do Portal que o Cau Br mantém, para manifestação em relação às Leis em tramite no Congresso. O IBDU apresentou sua estrutura e forma de atuação e as duas entidades se comprometeram a buscar caminhos de cooperação mútua, a serem desenhados em um futuro próximo, visando análise das leis relacionadas às políticas urbanas e ambientais e outros temas afins. Foi ressaltado, por parte das duas entidades, a importância de que se desenhe um modo de cooperação em que seja mantida a independência de pensamento e ação de cada uma das partes.

7. CONCLUSÃO:

O Congresso foi riquíssimo na exposição dos conteúdos e nos debates. A troca de experiência entre profissionais e os debates foram de uma maneira geral bastante frutíferos.

A partir da reunião com o IBDU ficou marcado um encontro para o mês de novembro em São Paulo para que se pudesse discutir os termos de cooperação.

Brasília, 15 de dezembro de 2019

Arq urb. Márcia Guerrante Tavares
Conselheira Federal suplente por Goiás.